

“Somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia”: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro na ONU (2019 – 2022)

“We are victims of one of the most brutal disinformation campaigns about the Amazon”: an analysis of Jair Bolsonaro’s speeches at the UN (2019– 2022)

Klaus Ramalho von Behr¹

Tiago Ribeiro Duarte²

¹ Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Doutorando, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: klausbehr@gmail.com

² Doutorado em Sociologia, Professor, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: ribeiroduartetiago@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v16n3.2025.58913

Received: 08/07/2025

Accepted: 08/12/2025

ARTICLE- VARIA

RESUMO

Um aspecto que chamou atenção no governo Bolsonaro (2019-2022) foi o seu discurso e a sua política antiambiental. O argumento central deste artigo é que ao negar as ciências ambientais, Bolsonaro não somente buscou desestruturar uma ordem epistêmica baseada no conhecimento científico *mainstream*, mas também (des)construir uma ordem social. Para sustentar esse argumento, realizamos uma análise dos seus discursos na ONU entre 2019 e 2022 a partir da noção de coprodução, conforme a definição de Jasanoff (2004a, 2004b) no âmbito dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias (ESCT). Os resultados mostraram a tentativa de Bolsonaro de produzir novas representações para a Amazônia e novas identidades para a mídia, para a ciência, para países estrangeiros e para um “novo Brasil”. Conclui-se que Bolsonaro buscou nesses discursos redefinir o que seria a verdade sobre a questão ambiental no país de modo a embasar e legitimar a desestruturação de uma ordem institucional de proteção ao meio ambiente construída no Brasil ao longo de décadas. Com base nessa conclusão, refletimos criticamente sobre a literatura dos ESCT que tem se debruçado sobre o negacionismo de Jair Bolsonaro e de seus seguidores, e sobre o conceito de pós-verdade.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro. Política antiambiental. Coprodução. Negacionismo. Desmonte ambiental.

ABSTRACT

An aspect that drew attention during the Bolsonaro administration (2019-2022) was his anti-environmental rhetoric and policy. The central argument of this article is that by denying environmental

sciences, Bolsonaro not only sought to dismantle an epistemic order based on mainstream scientific knowledge, but also to (de)construct a social order. To support this argument, we conducted an analysis of his speeches at the United Nations between 2019 and 2022 based on the notion of coproduction, as it was defined by Jasanoff (2004a, 2004b), within the field of Science and Technology Studies (STS). The results show Bolsonaro’s attempt to produce new representations for the Amazon and new identities for the media, science, foreign countries and a “new Brazil.” We conclude that Bolsonaro sought to redefine what would be the truth about environmental issues in the country in order to underpin and legitimize the dismantling of an institutional order of environmental protection built in Brazil over decades. Based on this conclusion, we critically reflect on the STS literature on the denialism of Jair Bolsonaro and his followers and on the concept of post-truth

Keywords: Bolsonaro administration. Anti-environmental policy. Coproduction. Denialism. Environmental dismantling.

1 INTRODUÇÃO

Em 17 de março de 2019, às 22 horas, horário local, o recém-eleito presidente Jair Bolsonaro estava em Washington, capital dos Estados Unidos, na casa do embaixador do Brasil, participando de um jantar com membros do novo governo brasileiro e estadunidense, além de simpatizantes, como Olavo de Carvalho e Steve Bannon. No discurso para os presentes, Bolsonaro disse que era um presidente “ungido pela vontade de Deus” e reiterou que “o Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer”¹. Depois de quatro anos, finalizado o governo Bolsonaro, é possível afirmar que a área ambiental foi uma das áreas mais afetadas por esse projeto de “desconstruir” e “desfazer”.

O objetivo principal deste artigo é o de analisar os quatro discursos proferidos por Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) (2019–2022) e mostrar como a descredibilização da mídia tradicional e da ciência, em relação à questão ambiental e à Amazônia, se relaciona com a construção do “novo Brasil” de Bolsonaro, “soberano” e “patriótico”. Mais especificamente, buscaremos mostrar, a partir da noção de coprodução, desenvolvida por Jasanoff (2004a, 2004b), pensadora do campo dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias (ESCT), como a (des)construção de uma ordem epistêmica se relaciona com a (des)construção de uma ordem social.

Nos últimos anos, vem se consolidando uma literatura sobre o desmonte ambiental ocorrido durante o governo Bolsonaro (Bonelli; Fernandes; Cavalcante, 2023; Bronz; Zhouri; Castro, 2020; Drummond; Capelari; Barros, 2022; Dutra da Silva; Fearnside, 2022; Fernandes *et al.*, 2024; Fleury *et al.*, 2022; Fonseca; Lindoso; Bursztyn, 2022; Giffoni Pinto; Malerba, 2022; Menezes; Barbosa Jr., 2021). Drummond, Capelari e Barros (2022) sintetizaram quatro pontos em que a política ambiental mudou substancialmente nesse período: 1) inação do Ministério do Meio Ambiente; 2) desacoplamento das políticas ambientais junto às representações da sociedade civil; 3) perda de multilateralismo; e 4) substituições de cargos de caráter técnico para a alocação de militares. Além disso, foi um período de fortalecimento da influência do negacionismo nas altas esferas do governo (Behr, 2022, 2023; Fleury *et al.*, 2022; Hochstetler, 2021; Miguel, 2022; Rajão *et al.*, 2022). Nesse sentido, é importante destacar o entrelaçamento entre o desmonte ambiental e os discursos antiambientalistas e negacionistas que lhe deram suporte e legitimidade.

Com o intuito de contribuir para esse debate a respeito da relação entre discurso e desmonte ambiental, o presente texto se insere dentro do campo dos ESCT, a partir de uma abordagem inspirada na noção de coprodução. Segundo Jasanoff (2004a, p. 2-3), “coprodução é uma forma abreviada para a proposição de que as formas de conhecermos e representarmos o mundo (tanto a natureza como a sociedade) são inseparáveis dos modos que escolhemos para viver nele”. A implicação disso é que

natureza e sociedade, tanto do ponto de vista de como são representadas como de suas dimensões materiais, seriam coproduzidas a partir das relações sociais. Uma consequência importante da noção de coprodução é que “quando se define quais teorias/representações são confiáveis e quais não são, define-se também quais instituições devem ser construídas/mantidas. Por outro lado, a estabilização de determinadas instituições estabiliza também determinadas formas de se ver o mundo” (Duarte, 2019, p. 76-101).

Neste trabalho enfocaremos a dimensão discursiva do esforço de Jair Bolsonaro de produzir uma ordem epistêmica, isto é, uma narrativa antiambientalista e negacionista a respeito da questão do desmatamento do Brasil, a qual serviu de embasamento e legitimização para o desmonte ambiental promovido por seu governo. A análise de discurso presidencial é um campo fértil de estudo, sobretudo nos Estados Unidos. De acordo com Campbell e Jamieson (2008), o discurso presidencial é uma fonte especial de poder em relação aos demais atores políticos pela sua representatividade e legitimidade popular, pela sua capacidade de influenciar assuntos domésticos e internacionais e pelo seu maior alcance – principalmente em contexto de avanço das mídias eletrônicas². O material analisado são os quatro discursos de abertura da Assembleia das Nações Unidas proferidos pelo ex-presidente entre 2019 e 2022. Dois são os motivos principais que justificam o uso desses discursos:

1. A questão ambiental e amazônica foi um dos temas mais importantes abordados por Bolsonaro durante os seus discursos, pois se trata de um tema de interesse global e no qual seu governo foi alvo de críticas e pressões por parte da comunidade internacional.
2. O discurso da assembleia da ONU carrega um peso de significativa importância e grande visibilidade: é um dos principais eventos geopolíticos que acontecem no ano e uma oportunidade para os líderes apresentarem a atual situação de seus países, obterem credibilidade internacional, indicarem direcionamentos e proporcionarem articulações entre seus membros. Para o Brasil, em particular, trata-se de um discurso de maior destaque, uma vez que desde 1947 é o país responsável por fazer o discurso de abertura da Assembleia Geral, o que confere maior responsabilidade e peso ao país.

Os quatro discursos transcritos foram coletados no sítio eletrônico do Itamaraty (2019, 2020 e 2021) e da Globo (2022)³. Eles foram lidos em sua íntegra, e as passagens mais relevantes foram classificadas tomando-se como base quatro elementos da vida social sugeridos por Jasanoff como particularmente salientes para se vislumbrar a coprodução: representações, discursos, identidades e instituições. Desses quatro elementos, dois apareceram com maior frequência nos discursos e, portanto, são o foco de nossa análise: representações e identidades⁴.

O horizonte argumentativo deste artigo é o de mostrar como nessas ocasiões Bolsonaro buscou “mostrar a verdade” sobre a Amazônia que é oposta à “verdade” da mídia tradicional e da ciência, qual seja: a Amazônia não estava em chamas; essa representação equivocada seria o resultado de disputas econômicas e geopolíticas. Nesse sentido, ele apresentou uma série de *representações* sobre a Amazônia que vão em direção contrária àquelas dominantes na mídia brasileira. É a partir desse “palco” que Bolsonaro buscou construir as *identidades* dos atores em cena em seu discurso: de um lado, uma mídia e ciência não confiáveis em conluio com alguns países estrangeiros colonialistas; de outro, um “Novo Brasil” patriótico, sustentável e fortemente apoiado pelo agronegócio. Articulada a essa dimensão discursiva está a coprodução de um terceiro elemento, o *institucional*, uma vez que dados e teorias científicas (produzidas pela ciência e propagados pela mídia tradicional) servem de embasamento e legitimam políticas ambientais estabelecidas em governos anteriores – políticas estas que sofreram ampla desregulação e desmonte.

Este artigo está dividido em três partes: (1) a apresentação da abordagem teórico-metodológica da coprodução; (2) a apresentação dos resultados, a qual está dividida na análise das principais “representações” e “identidades” referentes à questão ambiental presentes nos discursos de

Bolsonaro na ONU; (3) e, por fim, na seção final onde apresentamos as conclusões do presente estudo e refletimos criticamente sobre a literatura dos ESCT acerca do negacionismo de Jair Bolsonaro e de seus seguidores, assim como sobre o conceito de pós-verdade.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Os Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias (ESCT) são um campo de estudos interdisciplinar. Nele são estudados “os mais diversos processos envolvidos na produção, comunicação e legitimação dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (Duarte; Reyes-Galindo, 2019, p. 12), além de seus entrelaçamentos com a produção de ordens sociais (Jasanoff, 2004a). Assim, é rejeitada a ideia de que a ciência possa ocupar um “ponto arquimediano” capaz de olhar para a realidade de um modo neutro e impessoal, produzindo conhecimento de natureza extrassocial (Kuhn, 2000, 2005). Busca-se, então, estudar a ciência a partir de variáveis de natureza social, entendendo que o fazer científico é influenciado e disputado por meio de redes de confiança e conflito, pluralidade de visões de mundo e relações de poder existentes dentro da comunidade científica (Bloor, 1976; Collins, 1985; Latour, 2000)⁵.

Neste artigo, a análise é orientada pela noção de coprodução, tal como ela foi conceptualizada por Jasanoff (2004a; 2004b). Essa noção é tributária da obra de autores como Foucault (2007) e Shapin e Shaffer (1985/2005), que, respectivamente, examinaram os entrelaçamentos entre saber e poder e entre a história da ciência e a história da política. Foucault (2007, p. 27) argumentou que “temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Shapin e Shaffer (2005, p.32), por sua vez, em sua importante obra *O Leviatã e a Bomba de Vácuo*, afirmaram que: “soluções para o problema do conhecimento são soluções para o problema da ordem social”. Essas duas ideias foram fundamentais para Jasanoff desenvolver a noção de coprodução já apresentada acima, a saber, de que a forma que escolhemos viver no mundo é inseparável das crenças que temos a respeito deste, seja sobre a esfera da natureza ou do social.

Jasanoff (2004a, 2004b), ao formular a noção de coprodução, buscou realizar uma síntese interpretativa que superasse dificuldades teóricas que os ESCT vinham encontrando. Inspirada na teoria ator-rede (Callon, 1986; Latour, 1994; Law, 1992), ela procurou superar a ideia de construção social da realidade, atribuída às obras de autores do programa forte (Barnes, 1982; Bloor, 1976) e do programa empírico do relativismo (Collins, 1981, 1985), que tendiam a sobre determinar o papel do social na construção de fatos científicos, perdendo de vista a dimensão da materialidade. Além disso, ela buscou elaborar um registro teórico que desse conta de analisar as relações de poder que atravessam as relações entre ciência e sociedade de modo a articular as dimensões micro e macrossociológicas. Nesse sentido, a noção de coprodução busca, a partir de uma abordagem interpretativista, dar conta da coprodução de fenômenos como representações, discursos, instituições e identidades.

Essa noção nos ajuda a entender, por exemplo, porque a desconfiança em relação à realidade das mudanças climáticas é mais forte em alguns grupos do que em outros. Por exemplo, a busca de um mundo de livre mercado, com o mínimo de restrições do Estado, influencia liberais estadunidenses a entenderem e representarem as mudanças climáticas com maior ceticismo do que outros grupos – ou a defender que sua solução passa mais pela iniciativa privada do que pela ação estatal (Dunlap; Mccright, 2015; Lahsen, 2008; Oreskes; Conway, 2010). A frase proferida por um participante de um encontro do *think tank* liberal-conservador *Heartland Institute* sobre as mudanças climáticas ilustra bem como opera a coprodução. O participante afirmou: “Eles [os cientistas do clima] estão colocando em risco nosso modo de vida. O debate não é sobre mudança do clima, nem sobre dióxido de carbono. Não é sobre clima nem ciência. É sobre socialismo contra capitalismo”⁶, ou seja, como conhecemos e representamos o mundo (no caso, as mudanças climáticas) é inseparável da maneira como gostaríamos de viver nele (nesse caso, no capitalismo).

3 RESULTADOS

Os quatro discursos de Bolsonaro na ONU são fortemente pautados por um esforço epistêmico, na medida em que o ex-presidente afirma estar em busca de distinguir verdade e mentira e de apresentar a face verdadeira das coisas para além das ideologias. Por meio dessa operação epistêmica, seria possível construir um “novo Brasil”, que seria moralmente superior ao “velho”. Assim, se estabeleceria uma nova ordem social superior porque estaria do lado da verdade, enquanto a antiga ordem seria pior, pois, por ser ancorada em representações de mundo não verdadeiras, seria corrupta e socialista. Nas palavras de Jair Bolsonaro: “[obrigado] pela oportunidade de restabelecer a verdade, o que é bom para todos nós” (2019)⁷; “Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurge depois de estar à beira do socialismo” (2019); “Com humildade e confiante no poder libertador da verdade, estejam certos de que poderão contar com este novo Brasil que aqui apresento aos senhores e senhoras” (2019); “o mundo necessita da verdade para superar seus desafios” (2020); “o Brasil vive novos tempos. [...] um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada” (2021).

O discurso de 2019 é o discurso em que Bolsonaro mais reforça essa dicotomia entre “novo Brasil” *versus* “velho Brasil” a partir da oposição verdade *versus* ideologia: “Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto” (2019). Para o presidente, esses sistemas ideológicos de poder se instalaram tanto na esfera da família quanto na intimidade: “A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica [...] A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu” (2019). Sob um ponto de vista da análise da retórica presidencial (Charteris-Black, 2011), Bolsonaro utiliza a metáfora da “invasão” para caracterizar a ideologia e para persuadir e engajar seus ouvintes, como se estivessem diante de um estado de guerra. Essa metáfora utiliza-se também de uma analogia a uma situação patológica, como um câncer, o qual, sob o manto da invisibilidade, se alastra ao longo do tempo dentro do corpo social. Ao mesmo tempo, Bolsonaro apela a um imaginário bíblico, dado que a ideologia operaria uma sedução imperceptível, promovendo a corrupção da alma e a expulsão de Deus.

Em relação às autoridades epistemológicas, responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento e informação, como a mídia tradicional, cientistas e universidades, destaca-se o trecho em que ele afirma: “a ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidade e escolas” (2019).

Em face dessa ordem social tomada pela ideologia, Bolsonaro oferece aos presentes a solução rumo à liberdade que passa, necessariamente, pela verdade:

Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8,32: ‘E conhecis a verdade, e a verdade vos libertarás’. Todos os nossos instrumentos, nacionais e internacionais, devem estar direcionados, em última instância, para esse objetivo. (2019)

É diante desse cenário discursivo de oposição entre a mentira e a verdade, o velho e o novo, que a questão ambiental estará inserida. Vejamos a seguir, por meio da análise coproducionista, como Bolsonaro produz diferentes representações da Amazônia e constrói diferentes identidades para a mídia e a ciência, países estrangeiros e para o Brasil.

3.1 REPRESENTAÇÃO

A Amazônia tem papel central em todos os discursos de Bolsonaro na ONU. Isso aconteceu devido ao aumento significativo do desmatamento na Floresta Amazônica durante seu governo⁸, que teve grande repercussão na mídia nacional e internacional. Isso resultou na pressão de países estrangeiros por políticas para lidar com o problema. Em 2019, a situação foi paradigmática. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), houve um aumento de 278% de desmatamento em julho de 2019, em comparação com o mesmo mês de 2018.⁹ Na época, Bolsonaro questionou os dados, afirmando que se tratava de “uma cópia de anos anteriores [...] que, pelo nosso sentimento, não condiz com a verdade” e acusou o diretor do Inpe, Ricardo Galvão, de “estar a serviço de alguma ONG, o que é muito comum”¹⁰, exonerando-o do cargo no mês seguinte. Em agosto, com o aumento das queimadas, a Amazônia estava no centro dos assuntos mais comentados do Twitter, sendo as hashtags *#prayforamazonia* e *#actforamazonia* compartilhadas por celebridades internacionais, desde o futebolista Cristiano Ronaldo até o presidente da França, Emmanuel Macron. Ressalta-se que, juntamente com as hashtags, era comum aparecer a informação (ou imagens) de que a Amazônia é o pulmão do mundo¹¹.

Assim, em 2019, foi nesse contexto de alta visibilidade midiática e pressão internacional¹² que Bolsonaro chegou à ONU. Em seu discurso, foi possível perceber a construção de dois tipos diferentes de representações para a floresta: como *espaço idílico* e como *espaço cobiçado*. A representação da floresta como *espaço de queimadas* foi diminuída e negada. Ele atribuiu as queimadas a eventos naturais, biológicos, culturais e, tangencialmente, a possíveis atos criminosos: “Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.” (2019); “Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.” (2020). Mais enfaticamente, Bolsonaro afirmou que as queimadas são exageradas e produto de alarmismo da mídia internacional: “Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico” (2019); “Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia.” (2019); “Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.” (2020).

A representação da Amazônia que Bolsonaro se esforça em construir é a de um espaço *idílico*, no sentido de preservação natural (“Na Amazônia brasileira, [...], mais de 80% da floresta continua intocada” [2022]), grandiosa, (“Lembro que a região amazônica é maior que toda a Europa Ocidental” [2020]), de belezas naturais (“a nossa Amazônia, com toda sua vastidão e beleza natural” [2019]) e abundantes riquezas (“terras mais ricas do mundo [...] existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros” [2019]).

É justamente em complementaridade a essa representação como espaço *idílico* e naturalmente abundante que Bolsonaro construiu a outra representação da Amazônia: como espaço *cobiçado* por governos do exterior, como apresentada na Tabela 1. Para Bolsonaro, “governos estrangeiros [...] [buscam] avançar seus interesses na Amazônia” (2019) e, de modo mais explícito, afirmou que eles “não estão preocupados com o ser humano índio, mas, sim, com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas [reservas indígenas na Amazônia]” (2019). Para Bolsonaro, haveria interesses não revelados de organizações estrangeiras e nacionais sobre a riqueza da Amazônia: “A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.” (2020).

Tabela 1 – Categoria representações

Representações	Características
Amazônia: espaço idílico	Preservada, grandiosa, rica em belezas naturais e abundante em riquezas
Amazônia: espaço cobiçado	Cobiçada por governos estrangeiros devido a interesses materiais e escusos
Amazônia: espaço de queimadas	Úmida, pouco propensa a queimadas, objeto de ataques sensacionalistas e campanhas de desinformação

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos discursos de Bolsonaro na ONU (2019 – 2022)

3.2 IDENTIDADES

Nos discursos de Bolsonaro, as identidades são construídas por contrastes entre dois blocos. De um lado, há as identidades da mídia, da ciência e dos países estrangeiros; e de outro é formada a identidade do “novo Brasil”.

Parte significativa da mídia e dos cientistas teria uma identidade marcada pela *não confiabilidade*. Essa não confiança se basearia no fato de a mídia e a ciência produzirem uma realidade distorcida sobre a Amazônia. Lembremos que, no discurso de 2019, Bolsonaro afirmou que a ideologia se instalou na educação, na mídia e nas universidades. Os cientistas são, portanto, apresentados como falaciosos e equivocados, pois são responsáveis por afirmar que a Amazônia é o pulmão do mundo e patrimônio da humanidade. Em suas palavras: “É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo” (2019).

A acusação contra a mídia é mais constante e severa em seus discursos. A identidade da mídia é de *não confiabilidade* porque propaga desinformação e distorção da imagem do Brasil e do agronegócio. De acordo com o presidente, o governo e o país são “vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia” (2020). Essa campanha de desinformação se justifica porque há disputas de interesses econômicos não revelados para diminuir a competitividade do agronegócio brasileiro: “O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.” (2020). Para Bolsonaro, a mídia não retrata adequadamente o país: “venho aqui mostrar um Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões” (2021). Em especial, a imagem de preservação da Amazônia: “mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional” (2022).

O conhecimento transmitido pela mídia e pela ciência é fundamental nas relações internacionais, pois é a partir do que afirma sobre a Amazônia que os países estrangeiros baseiam suas políticas externas em relação ao Brasil, como, por exemplo, a sugestão de sanções econômicas. Nesse sentido, se Bolsonaro constrói uma identidade de *não confiabilidade* para a mídia e a ciência, a identidade construída para alguns países estrangeiros é o de *colonialistas*: “Valendo-se dessas falácia, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. [...] Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir.” (2019).

A construção dessa identidade *colonialista* é reforçada durante o discurso de 2019 de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, na ideia de que esses países são *intrometidos* na política nacional, ao supostamente pressionarem o governo a aumentar as demarcações indígenas de 14% para 20% do território do país. A lógica que Bolsonaro constrói é a seguinte: se as terras indígenas já são

demasiadamente extensas e com pouca densidade populacional, logo essa pressão internacional se explica pelo interesse deles em dominar futuramente essa área:

Nessas reservas [Ilanomâmi e Raposa Serra do Sol], existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ilanomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam [como alguns chefes de Estado] não estão preocupados com o ser humano índio, mas, sim, com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas. (2019)

Em segundo lugar, a identidade *colonialista* é reforçada pela ideia de que *manipulam* os indígenas. Bolsonaro afirma que alguns líderes indígenas, “como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia” (2019). Por último, a identidade colonialista é construída pela noção de *hipocrisia*, isto é, a ideia de que pressionam os outros a defenderem o meio ambiente, mas eles mesmos não o fazem, reforçando a imagem de privilegiados e hipócritas: “A França e a Alemanha, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura, já o Brasil usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos. Sessenta e um por cento do nosso território é preservado!” (2019).

Em uma passagem significativa, Bolsonaro mobiliza ao mesmo tempo tanto a noção de “manipuladores” quanto a de “hipocrisia”, ao inferir que governos estrangeiros instrumentalizam a questão ambiental para interesses políticos e econômicos, como se usassem uma máscara que disfarçasse sua verdadeira face: “Também rechaçamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções”. (2019). No discurso de 2020, essa ideia se repete: “A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos [...] com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil” (2020).

Em contraposição à identidade de *não confiabilidade* construída sobre cientistas e a mídia, e de *colonialistas* para países estrangeiros, há a construção de três identidades do novo Brasil de Bolsonaro: como Brasil *patriótico*, *sustentável* e *agronegocial*, como apresentadas de forma resumida na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Categoria identidades

Identidades	Características
Cientistas: não confiáveis	Ideológicos, falaciosos e equívocos
Mídia: não confiável	Propagadora de desinformação e de mentiras
Países estrangeiros: colonialistas	Intrometidos, manipuladores e hipócritas
Novo Brasil: patriótico	Soberano, vítima de ataques injustos e sensacionalistas
Novo Brasil: sustentável	Severa legislação ambiental, energia limpa e baixa emissão de CO ₂ .
Novo Brasil: agronegocial	Produtivo e garantidor da segurança alimentar para o mundo

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos discursos de Bolsonaro na ONU (2019 – 2022)

Dois são os pilares que sustentam essa identidade de *Brasil patriótico*: a defesa da *soberania* e a defesa contra *ataques injustos*. Como afirmou o presidente, qualquer ajuda para a preservação da Floresta Amazônica (que, como vimos logo acima, podem ser disfarçadas “de boas intenções”) “deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira” (2019). O tema da soberania também aparece na “carta aberta dos agricultores indígenas do Brasil” lida durante seu discurso na ONU. A carta busca “externar toda a realidade vivida pelos povos indígenas do Brasil, bem como trazer à tona o atual quadro de mentiras propagado pela mídia nacional e internacional” (2019). De acordo com a carta, tais mentiras servem justamente para “fazer dos povos indígenas do Brasil uma reserva de mercado sem

fim, atendendo interesses estrangeiros de países que ainda enxergam no Brasil uma colônia sem regras e sem soberania" (2019). A verdade que a carta busca revelar é a de que "muitas comunidades estão sedentas para que o desenvolvimento desta parte do Brasil finalmente ocorra sem amarras ideológicas ou burocráticas" (2019), ou seja, é possível ver como a soberania aqui está em oposição direta à noção de intromissão, manipulação e hipocrisia perpetrada pelas supostas "mentiras" propagadas pela mídia e pelo suposto "colonialismo" dos países estrangeiros, que na realidade não querem deixar o país e os povos indígenas se desenvolverem.

Em menor grau, a defesa a ataques injustos também se relaciona à construção da identidade patriótica. Como afirmou Bolsonaro, "os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico" (2019). Além dos ataques da mídia, há também os ataques de cunho econômico, via sanções de países estrangeiros, como resposta às faláciais científicas sobre a importância mundial da Amazônia como "pulmão do mundo e patrimônio da humanidade", ou seja, mais uma vez percebe-se a coprodução entre verdade e identidade: de um lado a mídia e a ciência não confiáveis, juntamente com alguns países estrangeiros de identidade colonialista e que estão em oposição a um novo Brasil de Bolsonaro.

Boa parte dos discursos de Jair Bolsonaro na ONU foram dedicados a mostrar "um Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões" (2021). Uma identidade construída para esse novo Brasil é o de Brasil *sustentável* porque tem a

melhor legislação ambiental do planeta. [...] somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo. [...] Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono. [...] Números que nenhum outro país possui. (2020)

Em todos os discursos, Bolsonaro reforça essa identidade de Brasil como exemplo mundial: "Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo" (2022). O ex-presidente também faz críticas à mídia: "Na Amazônia brasileira, área equivalente à Europa Ocidental, mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional" (2022).

Por fim, ligado a essa identidade de Brasil *sustentável*, há também a construção de um Brasil *agronegocial*. Essa identidade é sustentada a partir de dois pilares: (1) alta *produtividade*, a despeito das exigências legislativas e do pouco uso territorial; (2) e da importância dessa produtividade em garantir *segurança alimentar* para as demais nações, a despeito das críticas que sofre da mídia e dos países estrangeiros: "Não podemos esquecer que o mundo necessita ser alimentado. A França e a Alemanha, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura, já o Brasil usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos. 61% do nosso território é preservado." (2019); "se não fosse o agronegócio brasileiro, o planeta passaria fome, [...]. O nosso agronegócio é orgulho nacional" (2022).

4 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O objetivo principal do presente trabalho foi o de compreender, a partir dos discursos negacionistas e antiambientalistas proferidos por Bolsonaro nas assembleias anuais da ONU, de que modo ele procurou coproduzir uma ordem epistêmica e uma ordem social. Foi possível perceber como a construção de uma nova ordem social, em suas palavras, "um novo Brasil", é operacionalizada a partir de uma lógica de oposição com uma velha ordem social: aquela estaria do lado da verdade, do patriotismo, da sustentabilidade, da produtividade via agronegócio, enquanto esta estaria do lado da mentira, enganação, da ideologia e do socialismo. A questão ambiental, de modo geral, e a Amazônia, em particular, se inserem em meio a esse embate.

Em primeiro lugar, foi possível perceber como Bolsonaro nega e minimiza a representação da Amazônia como espaço de *queimadas* – segundo ele, essa representação é falsamente realizada pela mídia e cientistas – e enfatiza a representação da Amazônia como um espaço *ídílico* e também espaço *cobiçado* por países estrangeiros. É diante dessa representação de disputa sobre a Floresta Amazônica que Bolsonaro busca (des)construir a identidade de cientistas, da mídia, de países estrangeiros e, assim, construir a identidade de um “novo Brasil” que surgiria com o seu governo. A ciência *mainstream*, as universidades e a mídia tradicional, responsáveis pela produção e divulgação de conhecimento sobre a Amazônia, são retratadas com uma identidade de *não confiabilidade*. Já países estrangeiros que se utilizam de supostas falácias ambientais reproduzidas na mídia têm identidade construída como *colonialista*. Por outro lado, em contraposição a essas identidades, Bolsonaro constrói a identidade do novo Brasil como um país *patriótico, sustentável e agronegocial*, tal como resumido na Tabela 3.

Tabela 3 – Representações e identidades

<i>Representações</i>	<i>Identidades</i>		
Amazônia	Mídia e Ciência	Países estrangeiros	Novo Brasil
Idílica Cobiçada	Não confiáveis	Colonialistas	Patriótico, Sustentável, Agronegocial

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos discursos de Bolsonaro na ONU (2019 – 2022)

Tendo sintetizado as principais conclusões deste estudo, nós nos voltamos agora para uma reflexão sobre sua contribuição para a literatura dos ESCT que vem se defrontando com o fenômeno do bolsonarismo e os negacionismos a ele associados, seja na esfera ambiental ou na saúde pública, como foi o caso da pandemia da Covid-19. Utilizaremos duas entradas analíticas para dialogar com essa literatura. Primeiramente, dialogaremos com os diversos estudos que vêm examinando a relação de Bolsonaro e seus seguidores com a ciência. Em segundo lugar, com estudos sobre a noção de pós-verdade.

No que tange à relação do bolsonarismo com a ciência, tem se formado uma convergência em um número significativo de pesquisas realizadas no campo dos ESCT. Vários autores e autoras (Castro, 2025; Cesarino; Silva, 2023; Costa, 2021; Duarte, 2025; Duarte; Benetti, 2022; Duarte *et al.*, 2025; Fonseca *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2021) têm argumentado que o negacionismo de Bolsonaro e de seus seguidores não deve ser compreendido simplesmente como uma recusa à legitimidade da ciência para atuar como uma importante atriz institucional. Pelo contrário, o bolsonarismo não nega que a ciência seja relevante, mas procura redefinir as fronteiras do que seria conhecimento científico e ideologia, realizando aquilo que se tornou conhecido nos ESCT como trabalho de fronteira (Gieryn, 1983, 1999). Nesse sentido, seja no que tange à área ambiental ou a questões de saúde pública, como no caso do chamado tratamento precoce para a Covid-19, o bolsonarismo buscou redefinir quem eram os verdadeiros experts e quais enunciados deveriam ser tomados como enunciados científicos.

No caso das ciências ambientais, por exemplo, Bolsonaro e seus seguidores atacaram o *mainstream* científico, criticando-o como uma “psicose ambientalista”, ou denominando-o de climatismo, uma ideologia cujo objetivo seria aumentar a regulação estatal na economia, comprometendo o livre mercado e a economia capitalista (Miguel, 2022, 2020). Nesse sentido, os discursos das ciências ambientais seriam deformações da realidade construídas com o intuito de derrubar a civilização ocidental e seu modo de vida capitalista.

Nosso estudo segue nessa mesma direção ao apontar que Bolsonaro busca contestar a autoridade de experts que defendem maior proteção ambiental na Amazônia, sem, todavia, negar a possibilidade de se estabelecer verdades científicas sobre o meio ambiente. Trazemos, portanto, suporte empírico adicional para a ideia de que o bolsonarismo não é averso à possibilidade de uma ciência objetiva: sua questão é a rejeição à institucionalidade da ciência e a redefinição da fronteira entre o que é ciência legítima e ilegítima.

Para além disso, este trabalho traz uma contribuição específica à literatura dos ESCT que tem se debruçado sobre o negacionismo ambiental de Bolsonaro e de seus seguidores ao se posicionar junto com alguns poucos estudos que teorizaram os entrelaçamentos entre a crítica ao ambientalismo e a defesa de uma ordem social específica. Miguel (2022, p. 312) foi um dos poucos que tematizou este ponto de maneira explícita:

Com base no que foi exposto, argumentamos que o negacionismo climático vai além da “política de pós-verdade”, pois se refere a um conjunto mais heterogêneo de formação de sujeitos políticos por meio da ativação de um dispositivo estratégico liberal conservador. A percepção de que a governamentalização ambiental representa a profanação do livre mercado, do direito à propriedade privada, da espiritualidade e subjetividade cristã e da civilização ocidental são significados sociais enraizados em realidades subjetivamente vivenciadas.

Seguindo a pista deixada por Miguel, a partir da noção de coprodução e da análise dos discursos de Jair Bolsonaro na ONU, buscamos enfatizar a inextricabilidade dos efeitos epistêmicos e institucionais do negacionismo bolsonarista. A ordem social antiambientalista que Jair Bolsonaro se empenhou em produzir via desmonte de políticas públicas só poderia existir e persistir no tempo se firmemente alicerçada em uma ordem cognitiva. Esta enfatiza determinadas representações da Amazônia, desafia consensos científicos, redefine identidades tanto de cientistas como de outros atores-chave da política ambiental internacional, de modo a legitimar a desconstrução institucional dos órgãos ambientais brasileiros.

Nesse sentido, é importante enfatizar os efeitos *produtivos* do negacionismo. Ele não somente nega consensos científicos, mas também produz ordens epistêmicas e sociais. Esses novos ordenamentos derivados do bolsonarismo, devido a seu caráter autoritário e antiambientalista, nos parecem claramente indesejáveis, mas não podem ser efetivamente combatidos somente via defesa da ciência. É necessário um esforço também coproducionista que busque produzir identidades positivas – políticas e institucionais – que dão sustentação às ciências ambientais *mainstream*. Isso implica na legitimação de instituições científicas que produzem as ciências ambientais de ponta, como universidades e institutos de pesquisa, assim como de jornalistas da área de ciência e meio ambiente que retratam a questão da Amazônia de maneira responsável e em acordo com o estado da arte do conhecimento científico sobre o tema. Além disso, é importante produzir e reforçar identidades positivas de outras instituições que atuam na interface ciências ambientais e políticas, como ONGs ambientalistas, e dos próprios órgãos do Estado responsáveis pela produção de políticas ambientais, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, órgãos severamente afetados pela administração bolsonarista.

Por fim, as conclusões do presente estudo indicam a importância de se tomar como uma tarefa futura de pesquisa a redefinição do conceito de pós-verdade. É digno de nota que o campo dos ESCT, apesar de estar particularmente bem equipado para produzir definições rigorosas sobre esse termo, até agora pouco caminhou nessa direção. O termo pós-verdade foi popularizado em 2016 quando o Dicionário de Oxford o definiu como a palavra do ano. O dicionário o conceituou do seguinte modo: “Relacionado ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes em formatar a opinião pública do que apelos para a emoção e crenças pessoais”. Apesar de essa definição possuir apelo para explicar o período em que vivemos, conforme apontado acima, a literatura do campo dos ESCT há muito vem criticando concepções de fato científico que o trate como autônomo com relação a valores, interesses e emoções. Essa crítica foi recentemente estendida à definição de pós-verdade do Dicionário de Oxford por autores do campo (Jasanoff; Simmet, 2017; Kelkar, 2019; Lynch, 2017).

Apesar de o campo dos ESCT pouco ter caminhado na redefinição do conceito de pós-verdade, podemos indicar duas honrosas exceções: os trabalhos de Fuller e de Cesarino. Fuller (2019, p. 6) define pós-verdade nos seguintes termos: “é uma condição que consiste em um meta-esforço. Você não tenta vencer simplesmente jogando de acordo com as regras, mas também controlando quais são

as regras”¹³. Nessa definição, o autor trata das regras que definem o campo epistêmico. A definição cibernética de Cesarino (2021, p. 77-78) de pós-verdade vai em direção semelhante:

pós-verdade é uma condição epistêmica em que qualquer enunciado pode ser potencialmente contestado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, onde não há mais controle, no sentido exposto acima. Diferentes realidades parecem proliferar num contexto de desorganização epistêmica profunda, onde a comunidade científica, e o sistema de peritos de modo mais amplo, deixam de gozar da confiança social que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica significativamente reduzida.

Apesar de concordarmos com os autores acima que a pós-verdade se trata de um fenômeno com características epistêmicas, tomando como base o presente estudo, entendemos que esse conceito precisa ser alargado de modo a incluir não somente um esforço no sentido de um reordenamento epistêmico da sociedade, mas também de um reordenamento social mais abrangente¹⁴. Negacionistas como Jair Bolsonaro não negam somente as ciências ambientais, mas ordens sociais democráticas nas quais as ciências ambientais têm um peso no estabelecimento do que é o conhecimento que deve informar a elaboração de políticas públicas, o regime climático internacional, e toda uma ordem institucional que foi construída ao longo de décadas no país para lidar com a questão ambiental. Assim, quando ele adota uma postura negacionista com relação à ciência, ele nega também toda uma institucionalidade que foi coproduzida com esta. Sugerimos, então, que estudos futuros busquem redefinir o conceito de pós-verdade partindo da noção de coprodução de modo a contemplar a abrangência e complexidade do fenômeno.

NOTAS

1 | <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/> (Acessado em fevereiro de 2023)

2 | Campbell e Jamieson (2008) ressaltam que as análises do discurso presidencial podem variar de acordo com o estilo, a substância, a estratégia ou a audiência (Congresso, população, jornalistas, oposição ou outros países). Por exemplo, o artigo de Capella e Brasil (2022) analisa como os discursos anuais obrigatórios das “Mensagens ao Congresso Nacional” dos presidentes do Brasil são indicações importantes das agendas governamentais e das políticas públicas que serão priorizadas em cada mandato. Charteris-Black (2011), por outro lado, focaliza o aspecto retórico de ex-presidentes, mais especificamente de como o uso de metáforas é um elemento de potencial persuasão e engajamento para seu público.

3 | Todos os discursos foram coletados no site oficial do Itamaraty, menos o discurso de 2022, que não foi encontrado e foi coletado no site da Globo: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/20/leia-a-integra-do-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml> (Acessado em abril de 2024). Importante mencionar que em muitos sites o primeiro discurso de abertura não está completo, faltando a frase inicial e a “Carta aberta dos agricultores indígenas do Brasil”, lida na íntegra por Bolsonaro. Para o primeiro discurso completo, recomenda-se ver o vídeo no YouTube. Para a transcrição da “Carta aberta dos agricultores indígenas do Brasil”, acessar: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/09/manifestacao-agricultores-indigenas-do-brasil-ysani-kalapalo.pdf> (Acessado em julho de 2024).

4 | Na obra de Jasanoff (2004), a distinção entre identidades e representações é puramente analítica, dado que as identidades são um subgrupo dentro do universo mais amplo das representações. Elas são tomadas como um conceito à parte devido à relevância que elas assumiram no campo dos ESCT, especialmente em trabalhos que se utilizam da Teoria Ator-Rede (p.ex. Callon, 1986) e em estudos de controvérsias na arena pública nas quais os estatutos de expert estão em disputa (p.ex. Epstein, 1995; Wynne, 1992).

5 | É digno de nota que o conceito de social não é consensual na área, havendo disputas sobre a relevância, por exemplo, de se inserir não humanos em sua definição (Barad, 2003; Haraway, 2008; Latour, 1994, 2012).

6 | Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/31/leia-o-telegrama-confidencial-do-itamaraty-sobre-mudancas-climaticas/> (Acessado em maio de 2019).

7 | Daqui em diante toda citação de Bolsonaro virá seguida do ano em que a fala foi proferida na ONU.

8 | Os dados de desmatamento do Inpe podem ser acompanhados na sua plataforma *Terrabrasilis*: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates (Acessado em maio de 2024)

9 | <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/desmatamento-na-amazonia-em-agosto-cresce-222-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2018.shtml> (Acessado em maio de 2024)

10 | Tal episódio foi significativo ao ponto de a equipe das redes sociais de Bolsonaro repostar o vídeo duas vezes em sua página oficial do Facebook: em 19 de julho (<https://www.facebook.com/watch/?v=2375548599369320>) e também em 26 de setembro de 2019 (<https://www.facebook.com/watch/?v=235119958595106>). A primeira publicação rendeu 87 mil curtidas, 15 mil comentários e 1,8 milhão de visualizações. A segunda teve 135 mil *likes*, 9,3 mil comentários e 979 mil visualizações (Acessado em novembro de 2021).

11 | Trata-se de uma informação equivocada, pois as algas são as principais produtoras de oxigênio, enquanto a Floresta Amazônica tem papel mais importante na captura do carbono da atmosfera para transformação em matéria orgânica.

12 | <https://www.dw.com/pt-br/pegue-essa-grana-e-refloreste-a-alemanha-diz-bolsonaro-a-merkel/a-50035007> (Acessado em maio de 2024).

13 | Tradução realizada em estilo livre pelos próprios autores.

14 | Este ponto, inclusive, é coerente com o livro de Cesarino (2022) *O mundo ao avesso: verdade e política na era digital*, no qual a autora analisa o bolsonarismo como um esforço de reorganização profunda da sociedade tanto na dimensão política como epistêmica. Ainda assim, no livro (Cesarino, 2022, p. 228) a autora mantém a mesma definição de pós-verdade do artigo supracitado (Cesarino, 2021).

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os autores declaram que não utilizaram tecnologias de inteligência artificial generativa ou assistida por IA na criação, redação ou revisão deste manuscrito.

REFERÊNCIAS

BARAD, K. Posthumanist Performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 3, 2003.

BARNES, B. **Kuhn and Social Science**. London and Basington: Macmillan Publishers Limited, 1982.

BEHR, K. **A conspiração do clima**: populismo e negacionismo climático no início do governo Bolsonaro (2018 – 2020). Brasília, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, 2022. Available in: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44634>

BEHR, K. And you shall know the truth, and the truth shall make you free: environmental-climate conspiracy theories and populism at the beginning of the Bolsonaro administration (2018-2020). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Questions du temps présent, 2023. Available in: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.93640>

BLOOR, D. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BONELLI, F.; FERNANDES, A.; CAVALCANTE, P. The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control. **Sustainability in Debate**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 58-80, 2023. DOI:10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44277

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Apresentação Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, 2020. Available in: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533>

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (org.). **Power, action and belief**: a new sociology of knowledge. London: Routledge, p. 196-233, 1986.

CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. **Presidents creating the presidency: deeds done in words**. Chicago and London. University of Chicago Press. 2008.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Prioridades em políticas públicas: Mensagens ao Congresso Nacional na agenda governamental (1991–2020). **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, n. 81, 2020. Available in: <https://doi.org/10.1590/1678-987322308101>

CASTRO, R. Negacionismos e temporalidades: antecipação, evidência e ciência na defesa do “tratamento precoce”. **Revista Brasileira de Estudos CTS**, v. 1, n. 1, p. 168–188, 2025.

CESARINO, L. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernetica. **Revista Ilha**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CESARINO, L. **O mundo ao avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CESARINO, L.; SILVA, V. Pandemic States of Exception and the Alt-science of Early Treatment for Covid-19 in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 4, p. 210-227, 2023.

CHARTERIS-BLACK, J. **Politicians and rhetoric**: the persuasive power of metaphor (2nd ed.). Palgrave Macmillan, 2011.

COLLINS, H. Stages in the Empirical Programme of Relativism. **Social Studies of Science**, v. 110, n. 1, p. 3–10, 1981.

COLLINS, H. **Changing order**: replication and induction in scientific practice. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

COSTA, A. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. **Principia**, v. 25, n. 2, p. 305–334, 2021.

DRUMMOND, J. A.; CAPELARI, M.; BARROS, A. F. G. **Brazilian environmental policy**: a short biography, 1934-2020. Curitiba: Appris Editora, 2022.

DUARTE, T. O painel brasileiro de mudanças climáticas na interface entre ciência e políticas públicas: identidades, geopolítica e concepções epistemológicas. **Sociologias**, v. 21, n. 51, p. 76-101, 2019. Available in: <https://doi.org/10.1590/15174522-0215103>

DUARTE, T. Eu não sou antivacina: desconfiança vacinal entre bolsonaristas durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos CTS**, v. 1, n. 1, p. 189-209. 2025.

DUARTE, T.; REYES-GALLINDO, L. Apresentação: Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias. **Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 12-33, 2019. Available in: https://www.researchgate.net/publication/334964050_Apresentacao_Estudos_Sociais_das_Ciencias_e_Tecnologias

DUARTE, D.; BENETTI, P. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, v. 24, n. 60, p. 98-138, 2022.

DUARTE, D.; BENETTI, P.; ALVAREZ, M. Reconsidering the ‘post-truth critique’: scientific controversies and pandemic responses in Brazil. **Social Studies of Science**, v. 55, n. 5, p. 791–813, 2025.

DUTRA DA SILVA, M.; FEARNSIDE, P. M. Brazil: environment under attack. **Environmental Conservation**, p. 1-3, 2022. Available in: <https://doi.org/10.1017/S0376892922000364>

EPSTEIN, S. The Construction of Lay Expertise: aids activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, Technology & Human Values**, v. 20, n. 4, p. 408–437, 1995.

FERNANDES, A. S. A.; TEIXEIRA, M. A. C.; ZUCCOLOTTO, R.; NASCIMENTO, A. B. F. M.; BONELLI, F. Dismantling and reconstruction of public policies in Brazil: from Bolsonaro's destruction to the possibilities of union to rebuild. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 16, n. 2, 2024. Available in: <https://doi.org/10.21118/apgs.v16i2.15828>

FLEURY, L.; MONTEIRO, M.; DUARTE, T. Brazil at COP26: political and scientific disputes under a post-truth government. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 8, n. 3, p. 107–117, 2022. Available in: <https://estsjournal.org/index.php/estsjournal/article/view/1381/663>

FONSECA, I.; LINDOSO, D. P.; BURSZTYN, M. Deforestation (lack of) control in the Brazilian Amazon: from strengthening to dismantling governmental authority (1999-2020). **Sustainability in Debate**, v. 13, n. 2, p. 12–31, 2022.

FONSECA, P.; RIBEIRO, B.; NASCIMENTO, L. Demarcating Patriotic Science on Digital Platforms: covid-19, chloroquine and the institutionalisation of ignorance in Brazil. **Science as Culture**, v. 31, n. 4, p. 530-554, 2022.

FOUCAULT, M. **Vigar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2019.

FULLER, S. **Post-Truth**: knowledge as a power game. Londres: Anthem Press, 2018.

GIERYN, T. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: strains and interests in professional ideologies of scientists. **American Sociological Review**, v. 48, n. 6, 1983.

GIERYN, T. **Cultural Boundaries of Science**: credibility on the line. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1999.

GIFFONI PINTO, R.; MALERBA, J. A política (anti)ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 143-166, 2022. Available in: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v60i0.80062>.

HARAWAY, D. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

HOCHSTETLER, K. O meio ambiente no governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

JASANOFF, S. The idiom of co-production. In: JASANOFF, S. (org.). **States of knowledge**: the co-production of science and social order. New York: Routledge, 2004a. p. 1-12.

JASANOFF, S. Ordering knowledge, ordering society. In: JASANOFF, S. (org.). **States of knowledge**: the co-production of science and social order. New York: Routledge, 2004b. p. 13-45.

JASANOFF, S.; SIMMET, H. No funeral bells: public reason in a 'post-truth' age. **Social Studies of Science**, v. 47, n. 5, p. 751–770, 2017.

KELKAR, S. Post-truth and the Search for Objectivity: political polarization and the remaking of knowledge production. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. V, p. 86-106, 2019.

KUHN, T. S. **The road since structure: philosophical essays, 1970-1993, with an autobiographical interview**. Edited by James Conant and John Haugeland. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**. Salvador; Bauru: Editora UFBA; Edusc, 2012.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 379–393, 1992.

LYNCH, M. STS, symmetry and post-truth. **Social Studies of Science**, v. XLVII, n. 4. p. 593–599, 2017.

MENEZES, R.; BARBOSA JR., R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, p. 229–247, 2021.

MIGUEL, J. **Negacionismo climático no Brasil**. Coletiva, n. 27, p. 1-11, 2020.

MIGUEL, J. A ‘meada’ do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293-315, 2022. Available in: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237010013>

NASCIMENTO, L.; FONSECA, P.; de JESUS, J.; de OLIVEIRA, J. Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, p.190-206, 2021.

RAJÃO, R.; NOBRE, A. D.; CUNHA, E. L. T. P.; DUARTE, T. R.; MARCOLINO, C.; SOARES-FILHO, B.; SPAROVEK, G.; RODRIGUES, R. R.; VALERA, C.; BUSTAMENTE, M.; NOBRE, C.; LIMA, L. S. de. O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 317-352, 2022. Available in: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/artigo-mercedes-raoni-etc.pdf>

SHAPIN, S.; SCHAFFER, S. **El Leviathan y la bomba de vacío**: Hobbes, Boyle y la vida experimental. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

WYNNE, B. Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science. **Public Understanding of Science**, v. 1, n. 3, p. 281–304, 1992.